

Revolução e cidadania.
Organização, funcionamento e ideologia da
Guarda Nacional (1820-39)
Arnaldo da Silva Marques Pata



Sinto-me honrado por receber este prémio, de tão prestigiada Universidade. É também com muita honra que aqui estou nesta Casa do Saber, e quero agradecer ao Júri a distinção de que fui alvo. O meu obrigado também ao Professor Victor de Sá que, com a sua generosidade, contribuiu para incentivar os jovens investigadores.

O trabalho agora premiado reproduz integralmente a minha dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Nova de Lisboa. Intitula-se *Revolução e Cidadania. Organização, Funcionamento e Ideologia da Guarda Nacional (1820-39)*, e foi orientada pelo Prof. Doutor Espinha da Silveira, a quem muito devo, pois sempre me estimulou a levar esta “carta a Garcia”.

A primeira metade do século XIX foi um período de grande instabilidade política e social. Em 1820 assistiu-se ao proclamar do regime liberal que teria o seu término menos de três anos depois. A partir daí, liberalismo e absolutismo estiveram em constante disputa, tendo o primeiro, no fim de uma guerra, triunfado. O sistema triunfante em 1834 só na aparência era consensual e cedo se desenvolveram antagonismos que não pararam de perturbar a governação.

A Guarda Nacional foi um dos principais intervenientes deste período conturbado. Em 1823, ela serviu como recurso desesperado de defesa do *vintismo*. Depois foi vítima dos impasses do regime de 1823-26. Reorganizada em 1834 como baluarte de defesa do liberalismo, interveio activamente durante os anos de 1834-38. A partir daí assistiu-se à sua decadência política e progressiva perda de protagonismo.

Apesar da importância da intervenção da Guarda Nacional na primeira metade do século XIX, faltava, na historiografia, um estudo sobre a sua natureza social, política e ideológica. Este estudo procurou preencher essa lacuna.

Por detrás da formação deste corpo militarizado formado por civis, está a ideologia que privilegiou o conceito de cidadão-soldado como protótipo das virtudes cívicas e acreditou na invencibilidade da nação que possuísse tal força militar. Em oposição ao soldado mercenário pronto a apoiar o monarca absoluto, o final do século XVIII viu nascer o ideal do cidadão pronto a pegar em armas para defesa da nação.

Em Portugal estas concepções tiveram eco no limiar do século XIX e foram uma constante no período posterior à revolução liberal de 1820. No entanto, a instituição que corporizou todo o ideário – a Guarda Nacional – jamais conseguiu ser o “baluarte das liberdades pátrias” que os liberais esperavam.

No período *vintista*, a formação da Guarda Nacional pôs em evidência a distância entre a realidade e o discurso. A sociedade portuguesa ainda não estava preparada para tal instituição tão “democrática”, como ainda não estava pronta para consolidação do liberalismo. Como reflexo das divisões

que o tema suscitou, a Constituição de 1822 apenas consagrava a possibilidade da existência desse corpo militar.

A Guarda Nacional foi assim, apenas formada quando o regime liberal já estava por um fio. Deste modo, nem as melhores expectativas criadas à sua volta poderiam tê-la feito actuar em defesa de um regime em queda livre. Assim, podemos dizer que a Guarda Nacional do período *vintista* foi mais uma tentativa desesperada de salvar o regime liberal, do que uma instituição alicerçada na sociedade portuguesa.

No período da segunda experiência liberal, os problemas em volta da formação de corpos de tipo miliciano, continuaram. As sensibilidades em volta do tema dividiram-se uma vez mais. Mesmo com o perigo absolutista presente, os ideais liberais mais conservadores triunfaram e a chamada “guarda de segurança pública” não passou das intenções.

A guerra civil que opôs os liberais e os absolutistas provou a importância do contributo dos cidadãos-soldados para a defesa dos ideais do liberalismo. Aqueles, organizados nos batalhões de voluntários, corpos intrinsecamente diferentes da Guarda, foram um esteio importante para a vitória dos ideais da Carta Constitucional.

Chegada a paz, no contexto de um Estado desorganizado e enfraquecido e de uma sociedade onde os conflitos de diversa natureza se faziam sentir de forma aguda, era necessário criar uma força militar que, por todo o território, pudesse contribuir para a defesa do novo regime e para a segurança das populações. Liberais de direita e de esquerda acreditaram que a Guarda Nacional podia cumprir estes objectivos.

Para tanto, ela deveria ser formada por cidadãos com determinado rendimento, ideologicamente moderados e com um comportamento exemplar. Dessa forma, estariam criadas as condições para que, mesmo com a autonomia atribuída aos diversos corpos, os cidadãos-soldados correspondessem às intenções da governação.

Apesar das tentativas por parte do poder, a Guarda Nacional raramente correspondeu aos objectivos iniciais. Importa, por isso, precisar as razões dessa impossibilidade.

O poder raramente conseguiu que os corpos de cidadãos-soldados funcionassem sem instabilidade e indisciplina. Se os liberais fizeram o discurso das virtudes cívicas do cidadão, o comportamento deste quase nunca correspondeu a esse ideal. Na Guarda Nacional, os indivíduos continuavam a ser o que eram fora dela, mostrando pouca afeição às armas e a todo o serviço que ser cidadão e soldado implicava. Para muitos, ser guarda nacional era um transtorno e por isso, não se estranha que, por muitas formas, se tenham tentado, e por vezes conseguido, isentar da milícia. O próprio poder, por necessidade de garantir o funcionamento dos serviços do Estado, acabou por ter que admitir a dispensa de muitos empregados públicos que eram uma parte significativa dos indivíduos que lhe poderiam ser úteis nos corpos.

A instabilidade e indisciplina nos diversos corpos decorreu não só aspectos referidos, mas também do próprio funcionamento interno da Guarda Nacional. A mudança dos postos de comando em virtude dos actos eleitorais bianuais, não permitiu aos comandantes assumir, realmente, o seu poder. Além disso, os outros oficiais que não eram eleitos, não raras vezes, assumiram o controlo de muitos dos alistados. Isto era diferente do que acontecia no exército que apresentava comandos bem mais estáveis e um controle disciplinar muito mais eficiente.

Na Guarda Nacional os mecanismos de imposição da disciplina eram muito difíceis de aplicar e não raras vezes foram inúteis. Sendo os próprios soldados os membros dos conselhos disciplinares, facilmente as relações interpessoais no interior da Guarda e, em especial, as que se estabeleciam fora dela, propiciavam toda a espécie de favores que tornavam as penas a aplicar totalmente irrelevantes ou mesmo inexistentes.

Em consonância com os ideias “democráticos”, o decreto de organização da Guarda de 1834 estipulava um processo misto de escolha das chefias. Assim, os soldados elegiam três nomes para oficiais e, de entre estes, com base nas informações recolhidas pelo governador-civil sobre cada um dos eleitos, o governo nomeava o comandante e os restantes membros do estado-maior. Todos os soldados tinham direito de voto e podiam ser eleitos. Este processo de selecção mista era semelhante ao que a legislação administrativa previa para escolha dos administradores de concelho.

O sistema descrito contribuiu decisivamente para agravar as dificuldades que o poder executivo sentiu no controle da Guarda. De facto, por vezes, os eleitos eram todos de pouca confiança política e o governo via-se limitado a ter de escolher de entre eles o menos insubordinado ou o menos radical. Obrigado a respeitar o acto eleitoral, o poder era forçado a aceitar que a Guarda Nacional fosse comandada por gente que lhe iria fazer oposição.

O processo eleitoral foi pensado pelos liberais como forma de dar alguma autonomia aos diversos corpos e possibilitar uma maior democraticidade no funcionamento da Guarda Nacional. No entanto, para que isso resultasse em pleno era necessário que os membros dos diversos corpos acatassem as directrizes do executivo, o que pressupunha o respeito pelo poder deste último. A verdade é que as eleições tornaram-se autênticas disputas políticas pelo comando dos corpos da Guarda Nacional, tendo a milícia reproduzido no seu interior as facções que existiam na sociedade civil. Quer dizer, a Guarda Nacional não só não foi o esteio do regime liberal – nalgumas regiões os próprios miguelistas se tinham infiltrado – como alguns batalhões se transformaram no braço armado da esquerda liberal.

A possibilidade de poder comandar cidadãos armados e de estes pressionarem o poder político, levou a esquerda e, dentre esta, o seu sector mais radical a assumir o controle da Guarda Nacional como prioridade. Em Agosto de 1836, perdidas as eleições para a câmara dos deputados, os radicais encararam as eleições da Guarda Nacional em Lisboa como a sua grande oportunidade. E foram efectivamente, já que, pouco tempo depois, a revolução de Setembro triunfava.

Não foi só ideologicamente, que a Guarda Nacional, não correspondeu às intenções do poder. Socialmente ela também foi uma realidade bem diferente do que se esperava. O decreto fundador estipulava que o recrutamento devia ser restrito aqueles que possuíssem determinado rendimento, tal e qual se fazia para o acesso à Câmara dos Deputados. No entanto, tendo em conta o estado de insegurança do país, o decreto abria a possibilidade de os municípios alistarem gente sem o censo. Nesse sentido, o recrutamento foi se ampliando e, em diversos concelhos, entraram para a Guarda Nacional indivíduos com rendimentos baixos, ou mesmo sem nenhum rendimento.

Desta forma, socialmente, a Guarda Nacional não correspondeu ao ideal social da época: ser formada por gente “que tivesse o que perder”.

Pelos dados recolhidos nas eleições em Lisboa de 1836 e de 1838, podemos afirmar que apenas cerca de 40% dos eleitos para os postos de comando eram oriundos de estratos sociais de média e alta importância (proprietários, negociantes e empregados públicos).

Como referimos, a Guarda Nacional foi constituída por muitos indivíduos sem o rendimento previsto por lei e também por outros ideologicamente conotados com a oposição à governação. Na historiografia tem sido afirmado que existe uma relação directa entre estas duas situações, ou seja, que os indivíduos mais pobres seriam os principais responsáveis pela difusão do ideário radical no seio da Guarda Nacional. O nosso trabalho mostrou que a ideologia radical, no interior da Guarda, não foi apanágio apenas dos indivíduos que exerciam ofícios manuais e eram detentores de poucos rendimentos. Assim, vimos que, nas eleições de 1838, muitos dos indivíduos eleitos defensores das ideias “exaltadas” eram oriundos de escalões sociais importantes.

Em Lisboa, os problemas que temos vindo a sumariar puseram-se de forma evidente e, pela importância da milícia da capital, colocaram a governação em constante sobressalto. O sucesso aparente na criação dos diversos batalhões em 1834, escondia os verdadeiros problemas. Cedo se revelou que, na Guarda Nacional de Lisboa, estavam a entrar muitos cidadãos sem o censo e, também, indivíduos de diversas ideologias que não obedeciam às ordens do governo. A estes desvios das intenções iniciais, juntou-se a indisciplina de muitos dos alistados e a fuga constante de muitos outros ao serviço e, mesmo, à pertença dos corpos.

Todas as situações que afectaram o normal funcionamento dos batalhões da capital, criaram condições para que, em muitos deles, se tivesse desenvolvido a influência da ideologia de esquerda radical. Assim, desde 1834 que, na capital, alguns cidadãos-soldados fizeram da Guarda Nacional uma autêntica força de oposição ao governo. Em Setembro de 1836, alguns batalhões fizeram mesmo uma revolução colocando, no poder, a esquerda liberal. A partir dessa altura, os cidadãos-soldados tornaram-se defensores intransi-

gentes do *setembrismo*. Quando a conjuntura política se inverteu, tentaram, em Março de 1838, outra revolução. Mas desta vez o exército não se absteve e o radicalismo morreu no Rossio e, mais tarde, na Sé.

A chamada “revolta dos arsenalistas” mostrou que a facção radical era, na Guarda Nacional de Lisboa, bastante activa e organizada, mas minoritária.

Depois da extinção dos seus batalhões mais radicais, a Guarda Nacional de Lisboa tornou-se um instrumento do governo e deixou de ter capacidade de intervenção política. A sua derrota constituiu um momento importante da revolução pois, significou, o fim da possibilidade da esquerda liberal, chegar novamente ao poder.

